Artigo 27.º

Período hábil de pesca

A pesca dirigida ao camarão e ao pilado só pode ser exercida de 1 de Outubro a 31 de Março.

Artigo 28.º

Licenciamento

Só podem ser licenciadas para a pesca com arrasto de vara dirigido ao camarão e pilado as embarcações de pesca que não disponham cumulativamente de licença para armadilhas destinadas à captura de camarão-branco-legítimo ou «sombreira».

Artigo 29.º

Proibição de outras artes de pesca

Durante uma mesma viagem as embarcações licenciadas para o exercício da pesca dirigida ao camarão e pilado não podem utilizar, nem ter a bordo, qualquer outra arte de pesca.

Artigo 30.º

Disposições transitórias

As embarcações que à data da entrada em vigor do presente diploma utilizem redes de arrasto de vara com características distintas das referidas no artigo 24.º deverão, até ao final do ano 2001, realizar as necessárias adaptações de modo a cumprirem o disposto no artigo referido.

O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Luís Manuel Capoulas Santos*, em 22 de Novembro de 2000.

ANEXO

Classes de malhagens, espécies alvo e percentagens de captura exigidas

Espécies alvo	Classes de malhagem (mm)			
	20-31 (a)	55-59 (b)	65-69 (c)	≥ 70 (c)
	Percentagem mínima de espécies alvo			
	50 %	30 %	70 %	Nula
Pilado (<i>Polybius henslowi</i>) . .	×			×
Camarões (<i>Pandalus mantaguí</i> , <i>Crangon</i> spp., <i>Palaeomon</i> spp.)	×	×		×
Camarões (<i>Pandalus</i> spp.) . . .		×		×
Camarão vermelho, camarão púrpura e gamba branca (<i>Aristeus antennatus</i> , <i>Aristaeomorpha foliacea</i> , <i>Parapenaeus longirostris</i>)		×		×
Cavala/sarda (<i>Scomber</i> spp.)			×	×
Carapaus (<i>Trachurus</i> spp.)			×	×
Arenque (<i>Clupea harengus</i>)			×	×
Verdinho (<i>Micromesistius poutassou</i>)			×	×
Sardinha (<i>Sardina pilchardus</i>)			×	×

Espécies alvo	Classes de malhagem (mm)			
	20-31 (a)	55-59 (b)	65-69 (c)	≥ 70 (c)
	Percentagem mínima de espécies alvo			
	50 %	30 %	70 %	Nula
Argentinas (<i>Argentinidae</i>) . . .			×	×
Lulas e potas (<i>Loliginidae</i> , <i>Ommastrephidae</i>)			×	×
Peixes-agulha (<i>Belone</i> spp.)			×	×
Fanecas (<i>Trisopterus</i> spp.) . . .			×	×
Língua (<i>Dicologlossa cuneata</i>)			×	×
Galeota (<i>Ammodytidae</i>)			×	×
Espadilha (<i>Sprattus sprattus</i>)			×	×
Enguia (<i>Anguilla anguilla</i>) . . .			×	×
Biqueirão (<i>Engraulis encrasicolus</i>)			×	×
Peixes-rei e esperlanos (<i>Atherina</i> spp. e <i>Osmerus</i> spp.)			×	×
Badejinho (<i>Gadus argenteus</i>)			×	×
Suspensórios (<i>Cepolidae</i>) . . .			×	×
Xaputas e imperadores (<i>Bramidae</i> , <i>Berycidae</i>)			×	×
Congro (<i>Conger conger</i>)			×	×
Esparídeos (<i>Sparidae</i> excepto <i>Spondyliossoma cantharus</i>)			×	×
Cantarilhos e rascassos (<i>Scorpaenidae</i>)			×	×
Azevia (<i>Microchirus azevia</i> , <i>Microchirus variegatus</i>) . . .			×	×
Abróteas (<i>Physis</i> spp.)			×	×
Peixes-aranha (<i>Trachinidae</i>)			×	×
Cabras e ruivos (<i>Triglidae</i>) . . .			×	×
Centracantídeos (<i>Centrocanthidae</i>)			×	×
Polvos (<i>Octopus vulgaris</i> , <i>Eledone cirrosa</i>)			×	×
Bodiões (<i>Labridae</i>)			×	×
Choco (<i>Sepia officinalis</i>)			×	×
Lagartixas/granadeiros (<i>Nezumia</i> spp., <i>Malacocephalus</i> spp.)			×	×
Patas-roxas (<i>Scyliorhinidae</i>)			×	×
Mora (<i>Mora moro</i>)			×	×
Galateídeos (<i>Galatheidae</i>) . . .			×	×
Salmonetes (<i>Mullidae</i>)			×	×
Galo negro (<i>Zeus faber</i>)			×	×
Todos os outros organismos			×	×

(a) Esta classe de malhagem só se aplica à pesca com arrasto de vara.

(b) Com esta classe de malhagem, que só se aplica ao arrasto de fundo com portas, não podem ser capturados peixes e cefalópodes em quantidades superiores a 30%, relativamente ao total de capturas, com excepção do verdinho.

(c) Com estas classes de malhagem, que só se aplica ao arrasto de fundo com portas, não podem ser capturados crustáceos em quantidades superiores a 20%, relativamente ao total de capturas.

Portaria n.º 1102-F/2000

de 22 de Novembro

O Decreto Regulamentar n.º 43/87, de 17 de Julho, na redacção dada pelo Decreto Regulamentar n.º 7/2000, de 30 de Maio, que define as medidas nacionais de conservação dos recursos vivos aplicáveis ao exercício da pesca em águas sob soberania e jurisdição nacionais, determina no seu artigo 3.º quais os métodos de pesca admitidos em águas oceânicas e em águas interiores marítimas, remetendo para portaria do membro do Governo responsável pelo sector das pescas o estabelecimento das disposições reguladoras das caracterís-

ticas das artes e condições de exercício da pesca por qualquer daqueles métodos.

Com a presente portaria regulamenta-se o método de pesca denominado «pesca por arte envolvente-arrastante», dando cumprimento ao citado normativo.

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 43/87, de 17 de Julho, na redacção dada pelo Decreto Regulamentar n.º 7/2000, de 30 de Maio:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o seguinte:

1.º É aprovado o Regulamento da Pesca por Arte Envolvente-Arrastante, que faz parte integrante da presente portaria.

2.º É revogada a Portaria n.º 488/96, de 13 de Setembro.

3.º A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

REGULAMENTO DA PESCA POR ARTE ENVOLVENTE-ARRASTANTE

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objecto

O presente Regulamento estabelece o regime de exercício da pesca por arte envolvente-arrastante.

Artigo 2.º

Definição da arte

Por pesca por arte envolvente-arrastante entende-se qualquer método de pesca que utiliza estruturas de rede, com frequência dotadas de bolsa central e grandes «asas» laterais que arrastam e, prévia ou simultaneamente, envolvem ou cercam.

Artigo 3.º

Exercício da pesca

A pesca por arte envolvente-arrastante só pode ser exercida com a chamada arte de xávega.

CAPÍTULO II

Arte de xávega

Artigo 4.º

Caracterização

1 — A xávega é uma arte de alar para terra, conforme esquema constante do anexo I ao presente Regulamento, com as seguintes características:

a) Dimensões máximas da arte:

Comprimento dos cabos de alagem (calas) — 3000 m;

Comprimento das asas — 380 m;

Comprimento total do sacco — 50 m;

b) Dimensões mínimas da arte (malhagem mínima):

Vazios de malha dos claros (junto às calas) — 500 mm;

Vazios de malha das alcanelas (junto à boca do sacco central) — 120 mm;

Vazios de malha do sacco (incluindo a cuada) — 20 mm.

2 — O esforço de tracção necessário à alagem da arte para a terra pode ter origem mecânica ou animal, incluindo-se nesta a força braçal humana.

3 — A xávega é largada por embarcações licenciadas para o efeito.

Artigo 5.º

Áreas de operação

1 — A xávega só pode operar na área da jurisdição da capitania de porto de registo da respectiva embarcação.

2 — Os arrais darão conhecimento prévio dos locais de actividade das xávegas às entidades com tutela nas respectivas áreas do domínio público marítimo.

3 — Os locais de faina de cada xávega são os tradicionalmente definidos e serão demarcados pela autoridade marítima, estando as alterações de localização sujeitas a concordância da mesma autoridade.

Artigo 6.º

Limites ao exercício da pesca

1 — O exercício da pesca com xávega não é permitido durante a época balnear em praias concessionadas, entre as 10 horas e 30 minutos e as 18 horas e 30 minutos, salvo o disposto no número seguinte.

2 — Mediante autorização prévia a ser requerida à Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura (DGPA), poderão, a título excepcional e por razões de mostra etnográfica, ser levadas a efeito demonstrações da arte de xávega, sendo proibida a venda do pescado capturado, o qual apenas poderá ter por destino o consumo próprio dos promotores ou a entrega a entidades públicas ou instituições privadas de solidariedade social.

Artigo 7.º

Interrupção dos lanços

Sempre que nas capturas de um lanço predominem espécimes que não tenham o tamanho mínimo legalmente exigido, a actividade da xávega será interrompida até ao virar da maré.

Artigo 8.º

Responsabilidade dos arrais

1 — Os arrais são responsáveis pela manobra das xávegas e pelo cumprimento da legislação em vigor.

2 — Os responsáveis pelas operações em terra são obrigados a manter as praias devidamente limpas nas áreas de pesca, não sendo permitido o abandono de peixe ou de qualquer apetrecho na praia.

Artigo 9.º

Uso de animais ou tractores

1 — O acesso à praia de animais ou tractores para alagem das artes terá lugar apenas no local ou locais determinados pela autoridade marítima no início de cada safra, a fim de ser evitada a destruição do sistema dunar.